



## CIDADES INTELIGENTES PARA UM FUTURO CÓDIGO DE DIVERSIDADE

**Stéphani Fleck da Rosa<sup>1</sup>, Sabrina Lehnen Stoll<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Stéphani Fleck da Rosa Em estágio Pós-Doutoral do PPGD/UNIJUÍ, Projeto PROCAD/CAPES em Segurança Pública. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela UFRGS. Bolsista Produção CAPES/CNPQ. Contato: stephanifleckrosa@gmail.com. ORCID: orcid.org/0000-0001-7326-6887.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos pela Universidade de Ijuí/RS (UNIJUÍ). Integra projeto de Direito à moradia, neoliberalismo e vulnerabilidade: a violação de direitos humanos e as consequências ambientais, financiado pela CAPES. ID Lattes: 1360235338654144. ID Orcid: 0000-0001-9719-4347. E-mail: sabrinastoll.adv@gmail.com.

### RESUMO

Este estudo pretende analisar nas cidades inteligentes os processos de dominação digital que exigem atenção e ação, pelas teorias de geografias digitais que buscam impedir o mau uso de mediações digitais de captura, expropriação e incorporação adversa de dados pessoais, especialmente quando esses sistemas são criados para controle e vigilância da população preta, queer, trans, em vulnerabilidade nas periferias e em situação de rua.

**Palavras-chave:** Cidade Inteligente; Geografia Digital; Códigos Feministas;

### ABSTRACT

This study intends to analyze smart cities' processes of digital domination that requires attention and action, through digital geographies theories that seek to prevent the misuse in digital mediations of capture, expropriation and adverse incorporation on personal data, especially when these systems are created for control and surveillance in the black, queer, trans vulnerability communities in the borders and living on the streets.

**Keywords:** Smart City; Digital Geography; Feminist Codes;

### INTRODUÇÃO

Ver o Facebook sendo julgado nos últimos anos por venda de dados sem permissão e seu uso para potencializar extremismos, destaca que a vida urbana nos EUA e demais países ricos continuam divididos por processos de exclusão, vigilância e expropriação mediados digitalmente. De aplicativos municipais que recrutam cidadãos urbanos na criação de dados para viabilizar a expulsão de sem tetos em suas barracas à interrupção de serviços de mobilidades, aluguéis e entregas de pessoas como meios racistas de vigilância digital de pós-

prisão, o urbanismo digital medeia a precariedade e desigualdades racializadas. Esses processos de dominação digital exigem atenção e ação, e as geografias digitais desenvolveram teorias para impedir o mau uso de mediações digitais de captura, expropriação e incorporação adversa de dados pessoais (ASH, e tal, 2018; DATTA, 2019).

Assim, urge compreender como tais práticas mesmo as vistas como subversivas hoje podem remediar as socioespacialidades prevalentes da vida urbana nas cidades inteligentes. O presente estudo argumenta que grande parte das geografias digitais se dá para o prevalecimento das hegemonias e sofre de grande despreparado para apreender as geografias locais, seus verdadeiros significados, e carecem de trabalhos de práticas digitais para prosperidade e comunitarismo.

Para tanto, aliado ao contexto as cidades inteligentes, o termo que contribui para o desenvolvimento das cidades são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que concebem o núcleo da Agenda 2030. Essa agenda trata de um extenso conjunto de questões, entre elas, há uma que trata da questão de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), ligado, assim sendo, ao tema cidades inteligentes (IBRACHICS, 2022), bem como a questão de equidade (ODS 5) que também será abordada.

## **METODOLOGIA**

Defende-se que a teoria interseccional mais robusta em estudos de geografia digital é um caminho crucial a seguir. Especificamente, ao teorizar geografias digitais na interseção do pensamento relacional feminista e negro, queer e estudos de códigos trans e feministas. Primeiramente, este artigo rastreia como a teoria relacional feminista abre possibilidades ontológicas e epistemológicas para além das hegemonias socioespaciais digitais.

Em seguida, argumenta-se que os estudos de códigos negros, queer e feministas oferecem recursos importantes para apreender lugares e funcionamentos da "política glitch" (RUSSELL, 2012) que recusam e evitam as ordens espaciais digitais hegemônicas e medeiam para maneiras de prosperar com formas não integrativas e distributivas. Ademais, conceitualizações opostas surgem de negros, indígenas, queer e decoloniais são ressaltadas em moldura para o reconhecimento de possibilidades de outras realidades e formas de relações através de pensamentos e ações que persistem em face de estruturas multifacetadas de violência epistemológica e material.

Após, mostra-se como a leitura de falhas começa com a teorização da própria cidade inteligente como política, ou seja, as *smarts cities* vem contra a expressão de uma série de contradições



político-econômicas e socioespaciais e favorece as ideologias que fabricam amplo consentimento social sobre elas.

Vê-se o padrão digital social espacial de arranjos que definem o urbano contemporâneo em seu modo de vida, especialmente em muitas cidades norte-americanas, bem como as ideologias tecnoculturais que as tornam amplamente aceitáveis e populares para uma ideia de futuro sem prosperidade para todos. Finalmente, analisa-se lugares e formas que estão religando a cidade em direção a outras possibilidades para além das falhas e exclusões políticas das cidades inteligentes. Essas intervenções teóricas abrem caminhos para a leitura além da dominação tecnocapitalista e, ao fazê-lo, ilustram as possibilidades de estimular a teoria das geografias digitais por meio de um envolvimento mais profundo com teoria digital e política negra e queer.

## **1. O MITO DA CIDADE INTELIGENTE FRENTE A CIDADANIA DIGITAL**

Entendem-se que as cidades inteligentes derivam da combinação entre capital humano, capital social e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) buscando o desenvolvimento sustentável e políticas públicas que contribuam para um melhor convívio em sociedade (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2009). As cidades inteligentes e TICs devm visar os ODS que concebem o núcleo da Agenda 2030, com ações nas dimensões econômica, social e ambiental, tem metas que recomendam os caminhos a serem trilhados e as medidas a serem seguidas para erradicar a pobreza e requerer vida digna a todos os cidadãos do mundo (ONU – BRASIL, 2022).

Contudo, as cidades inteligentes para geógrafos digitais devem apreender uma ampla gama de possibilidades de vida e libertação que começa por teorias de mapeamento sobre as falhas políticas refletidas nos estudos de códigos negros e queer para as relações socioespaciais de urbanismo mediadas digitalmente. Baseado em modos de análise de geografia feminista relacional, argumenta-se que ler a cidade inteligente pelas falhas é necessário para teorizar arranjos normativos de intervenção, ou seja, onde deve prevalecer o político, o econômico e o socioespacial nas relações que definem o urbanismo digital em determinados lugares e épocas, bem como as técnicas que fomentam o consentimento da sociedade para esses arranjos.

Dentro deste meio mais amplo, a mediação digital cresce em avanços de mobilidades e pelo encontro humano nas cidades, o qual produz relações socioespaciais hierárquicas da vida cotidiana, aprofundando modos de acumulação e expropriação por marcadores sociais de raça e de gênero. Tem-se as vidas daqueles materialmente favorecidos por meio da supremacia branca, da colonialidade e da cis / heteronormatividades mediadas por mobilidades cada vez maiores, com velocidade e consumo também cada vez maiores que amplificam privilégios já existentes de raça, de classe e de gênero, enquanto aqueles já renderizados em estruturas precarizadas estão expostos à captura, ao controle e à remoção em áreas urbanas.

Por exemplo, pessoas em vulnerabilidade estão desprotegidas e sujeitos à governança baseada em dados que digitaliza as ações, as escolhas, os movimentos e os usos de serviços por estas, como os sistemas de informação de gestão de pessoas em situação de rua que obrigam a coleta de dados pessoais como condição de elegibilidade para habitação e assistência social nos EUA (BURNS, 2020).

Dessa forma, as noções de cidadania dependem da participação em digitalizar a cidade gerando os dados córrigos para serem usados para governá-la (BURNS, 2020). O assunto normativo da cidade inteligente é, por definição, aquele que detém a vantagem estrutural, como a suficiência em recursos digitais, sociais e econômicos para fazer o trabalho de codificação da cidade em prol de quem financia esse sistema.

## **2 RELAÇÕES DIGITAIS E ESPACIAIS FEMINISTAS, NEGRAS, QUEER, TRANS E PERIFÉRICAS**

Na encruzilhada da mídia e estudos da performance, artes digitais e humanidades, e crítica racial, feminista e queer, examina-se as possibilidades para reconstruções de identidades e atuações plurais e fluidas em espaços digitais, possibilitando solidariedades, autodeterminação, afirmando e protegendo vidas negras, queers e trans em meio a realidade concreta do material ante as violências estruturais e epistemológicas (NAKAMURA, 2013; JENZEN, 2017). Um exemplo são das campanhas de *hashtags* feministas negras de alavanque em rede a fim de catalisar uma "viralidade" de táticas raciais



contenção, redução e remoção de pessoas negras digitalmente (COCKAYNE e tal, 2017). Outro exemplo, Jenzen (2017) examinou como trans jovens curam cuidadosamente suas auto-representações nas redes sociais para sobreviver à transfobia e também desafiar criativamente os códigos cis em paradigmas online. Há também implantação da teoria queer como uma lente analítica para apreender rupturas e intervenções na hegemonia de estruturas digital-sociais (COCKAYNE e tal, 2017; GIESEKING, 2018).

Esses corpos de pensamento oferecem teorizações cruciais de espaços e formas de políticas digitais de vida digna e prosperidade. Muitos estudos negros, queers, trans e feministas partem da proposição de que, apesar das condições estruturais serem alinhadas para garantir a exclusão e a morte, estes sujeitos também estão sempre sobrevivendo e intervindo criativamente para catalisar possibilidades para vida e libertação (BYRD, 2014; RUSSEL, 2012; ELLISON e tal, 2017; GIESEKING, 2018; JOHNSON, 2018). Baseia-se, pois em teorias de pensamento radical negro, feminismo negro, crítica queer que teoriza a consciência dupla ou diferencial, retomando a mudança de forma e outros registros complexos de ser e saber que surgem da vida negra, indígena, queer, trans que são definidas por uma sustentação epistemológica de orientação para ambiguidades e impossibilidades como locais de possibilidade generativa (DU BOIS, 1994; LORDE, 2007).

Evidencia-se a violência racial por meio de contagens e medições digitais que inevitavelmente reinscreve as técnicas de conhecimento que permitem a violência e o risco de reduzir a negritude apenas a isso (COCKAYNE e tal, 2017). Assim, defende-se epistemologias inquietas, plurais e interdisciplinares como um caminho a seguir. Reflete-se sobre teorizações queer de digitalidade e código / espaço que possuem ressonâncias relacionadas, argumentando que a vida queer se origina de desejar e fazer aquilo que as ordens sociais normativas situam como um lugar impossível, especialmente numa existência fundada na recusa de ser confinado a estruturas cis / heteronormativas e imperativos (COCKAYNE e tal, 2017; GIESEKING, 2018).

Dentro dos estudos digitais feministas negros / queer, Legacy Russell (2012) chama isso de "política de falhas": mediações digitais que criam deslizamentos em sistemas hegemônicos de economia, racial, social, estratificação sexual e cultural. A "falha" é política na medida em que gera maneiras de fazer ou ser que as ordens sociodigitais dominantes alinham para tornar impossível, indivisível e até mesmo inimaginável, mesmo as formas existentes há

muito tempo. Sobre esta falha, Russell (2012) argumenta sobre a declinação à segunda classificação da convenção comum simplesmente gerando oposições com questões econômicas, raciais, hegemonias sociais, culturais e sexuais que estão situadas como supostamente inquestionáveis a essa ordem hegemônica global.

Como designer e codificadora, C'ardenas cria *wearables* digitais e dispositivos de localização, os quais colaboram com pessoas trans negras para implantar atuações relacionadas em centros urbanos. Os participantes ocupam espaços públicos de maneiras quase seguras que provocam hostilidade de transeuntes ou policiais por sua presença, ao mesmo tempo que usam malhas de dispositivos conectados à rede para se reunirem e para proteger uns aos outros.

Essas mediações digitais criam outras formas de se relacionar: voltando ao público a visão da violência sistêmica (especialmente estatal) contra pessoas trans que muitas vezes é negada ou escondida, e demonstrando possibilidades de apoio mútuo, autoajuda e táticas coletivas que garantem o bem-estar dessas coletividades e individualidades. Ler essas mediações digitais para políticas de *glitch* ilumina sua dupla operação como revelação e reconstrução crítica socialmente. Elas tornam a violência estrutural, corporal e ideológica como perceptível, ao mesmo tempo que sempre forjam a vida, a libertação e a prosperidade de outras formas anti-hegemônicas, uma etapa dupla, ou seja, articulando como pelo contar a verdade leva à práxis (C'ARDENAS, 2016).

Essas linhas de pensamento negro e queer / trans de estudos de código oferecem entradas analíticas importantes para pensando a política digital para além do tecnodistopianismo. Elas reconhecem a ordem comum, mas se recusam ao confinamento a modos de diferenciação e dominação mediados digitalmente. Elas demonstram como mediações digitais de modalidades relacionais e estratégias ilegibilidade recusam normativamente ordens digitais sociais e abrem possibilidades de vida e de prosperidade para essas coletividades, ao direcionar outros formatos por essas mesmas estruturas de uso restritivos de captura, expulsão e morte.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defende-se a urgência da teoria das geografias digitais que se relacionam fortemente com estudos de códigos negros, queer / trans e feministas, como caminhos para teorizar políticas de vida digna e próspera que fogem da hegemonia social e de pedidos digitais. Esses corpos de trabalho apreendem falha políticas que revelam, recusam e criam derrapagens em códigos normativos por meio dos quais, hegemonia racial, sexual e sociocultural são protegidos e reproduzidos.

Além disso, essas linhas de pensamento digital e político oferece uma oferta crucial de percepções sobre os espaços e as formas de políticas de falhas, *glichtes*, rastreando, por exemplo, mediações digitais de relações corporificadas de cuidado coletivo e táticas de ilegibilidade que ao mesmo tempo denunciam topologias sociais digitais violentas amplamente aceitas como normais e necessárias, mesmas contrárias à prosperidade.

Como se mostra neste estudo, essas linhas de pensamento oferecem entradas-chave para geografias digitais pensar a política para além do tecnodistopismo, e apreender os registros nos quais as divisas socioespacialidades do tecnocapitalismo estão sendo desmontadas e remontadas de maneiras que podem codificar para uma vida digna e prosperando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASH, J.; KITCHIN, R.; LESZCZYNSKI, A. Digital turn, digital geographies? *Progress in Human Geography* n. 42, v.1, pp. 25–43, 2018.

BURNS, R.; ANDRUCKI, M. J. *Smart Cities: Who Cares?* EPA: Economy and Space, pp.1-19, 2020.

BYRD, J.; GOLDSTEIN, A.; MELAMED, J.; REDDY, C. Predatory value: Economies of dispossession and disturbed relationalities. *Social Text* n.135, v. 36, pp. 1–18, 2018.

CARAGLIU, A., DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. Proceedings of the 3rd Central European Conference on Regional Science, Košice, p. 1–15, 2009.

C'ARDENAS, Micha. Shifting futures: Digital trans of color praxis. In: *Ada: A Journal of Gender and New Technology*. Disponível em: <https://adanewmedia.org/2015/01/issue6-cardenas>. Acessado em: 25 jul. 2023.

COCKAYNE, D.; RICHARDSON, L. Queering code/space: The co-production of socio-sexual codes and digital technologies. *Gender, Place & Culture* n. 24, v.11, pp. 1642–1658, 2017.

DU BOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. New York: Gramercy Books, 1994.

ELISSON, Treva; GREEN, Kai, RICHARDSON, Matt; SNORTON, C. Riley. We got issues: Toward a black trans\*/studies. *Transgender Studies Quarterly* n. 4, v. 2, pp. 162–169, 2017.

GIESEKING, J. Size matters to lesbians too: Queer feminist interventions in the scale of big data. *The Professional Geographer* n. 70, v. 1, pp. 150–156, 2018.

Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis - IBRACHICS. (2022). Disponível em: < <https://ibrachics.org.br/cidades-participantes>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

JENZEN, Olu. Trans youth and social media: Moving between counterpublics and the wider web. *Gender, Place and Culture* n. 24, v. 11, pp. 1626–1641, 2017.

JOHNSON, Jessica. Markup bodies: Black [life] studies and slavery [death]: Studies at the digital crossroads. *Social Text* n. 36 v. 4, pp. 57–79, 2018.

LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007.

NAKAMURA, L. Glitch racism: Networks as actors within vernacular internet theory. Disponível em: <http://culturedigitally.org/2013/12/glitch-racism-networks-as-actors-within-vernacular-internet-theory/>. Acessado em: 25 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU – Brasil. ONU Brasil. Disponível em: < [https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil\\_Relatorio\\_Progresso\\_2019.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2019.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2023.

RUSSEL, Legacy. Digital dualism and The Glitch Feminist Manifesto. Disponível em: <https://thesocietypages.org/cyborgology/2012/12/10/digital-dualism-and-the-glitch-feminist-manifesto/>. Acessado em: 25 jul. 2023.